UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

MOÇÃO CONTRA O FIM DA GRATUIDADE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

O Conselho Universitário da UFRJ, reunido em sessão de 23 de novembro de 2017, manifesta extremada preocupação com as recomendações de recente documento do Banco Mundial "Um Ajuste Justo – Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil" que apregoa o fim do princípio constitucional da gratuidade do ensino nas Instituições de Ensino Superior públicas, sob o argumento falacioso de diminuição das desigualdades, argumento facilmente desmistificado pela observação do aprofundamento histórico das desigualdades na educação superior nos países onde este ensino é pago.

As recomendações ignoram as elevadas contribuições das universidades públicas para o desenvolvimento sociocultural do país, para o conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural como um direito humano fundamental e, ainda, que os direitos sociais consagrados na Constituição Federal não os são responsáveis pelos problemas fiscais. O Brasil possui inaceitável estrutura tributária regressiva, segue pagando juros e serviços da dívida nunca auditada, conforme estabelecido pela Constituição Federal, promove sistemática renúncia fiscal para os grandes grupos econômicos e não realiza a efetiva tributação sobre a renda, a propriedade e a herança.

O documento desconsidera, também, o real perfil social dos estudantes das Universidades Federais. Atualmente cerca de 70% dos estudantes possuem perfil PNAES. Tal perfil seria excluído das universidades caso as recomendações fossem adotadas.

Hoje é imperioso que todo corpo social da UFRJ se unifique em torno da defesa da universidade pública e gratuita, mantendo-a a salvo da gana irrefreável das empresas que visam o ensino como fonte de lucros.

O Consuni reafirma sua firme defesa do princípio constitucional da gratuidade do direito humano fundamental de todos os cidadãos ao conhecimento, a importância estratégica das universidades para o bem-viver dos povos e, por isso, rejeita categoricamente as recomendações expressas no referido documento do Banco Mundial.

Prof. Roberto Leher
Reitor